

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.058 - SP (2019/0106099-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : DIVA TEIXEIRA DE OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADOS : JOSÉ BRUN JUNIOR - SP128366
EMANUELLE SILVA MARTINS - SP371804
AGRAVADO : NÃO CONSTA

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DIVA TEIXEIRA DE OLIVEIRA SOUZA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

LEVANTAMENTO DE VALORES.

A simples alegação de que os valores levantados serão utilizados para manutenção da interditada não é suficiente ao deferimento do pedido. Tratando-se de interesse de incapaz, imprescindível demonstração da efetiva necessidade, o que não ocorreu. A decisão agravada é prudente e cautelosa, e visa proteger os interesses da interditada. Recurso não provido.

Quanto à controvérsia, alega violação ao art. 110, *caput*, da n. Lei 8.213/91 no que concerne ao levantamento de valores, trazendo os seguintes argumentos:

A lei de regência da matéria (art. 110, *caput*, da Lei 8.213/91) dispensa-se a prestação de caução ou outra exigência para o levantamento dos valores porque se destina exclusivamente aos gastos pessoais do segurado, cabendo ao curador, no caso, a genitora da segurada, administrar tal numerário. Aliás, quem administra o benefício previdenciário é o próprio curador e nem por isso deve prestar contas ao INSS porque a lei dispensa essa exigência

[...]

Nunca a verba alimentar perde seu caráter, tanto que foi pago, pelo INSS, no prazo diferenciado (RPV) porque cuida justamente de verba alimentar. A manter-se a decisão, tal como está, a segurada restará prejudicada duas vezes: a primeira pela mora no pagamento de sua verba alimentar, sendo que já sofreu com isso. A segunda porque não se pode valer da verba alimentar para seu sustento, para bancar despesas com alimentos, vestuários etc

[...]

Por derradeiro, não há necessidade de se requerer o levantamento por

alvará judicial porque não se pode prestigiar a forma em detrimento do direito material, do bem da vida buscado pelo jurisdicionado (princípio da efetividade processual). Comprovado, na espécie, o depósito em juízo e autorizando a lei que a agravante, genitora, o levante e administre o valor sem prestar contas prévia para tal mister, deve-se aproveitar os atos processuais realizados nestes autos, sob pena de agravar ainda mais a situação da beneficiária do numerário alimentar (fls. 217/219).

É o relatório. Decido.

Em relação à controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

